

O PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM PORTUGUESA EM TERRA

Ana Paula Amendoeira

Universidade da Sorbonne, Paris IV

CEAUCP – Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto

Palácio de Sub-Ripas, 3000-305 Coimbra PORTUGAL

E-mail: anamendoeira@hotmail.com

Tema 2: Património e Conservação

Palavras-chave: Conservação, gestão, património mundial em terra.

Resumo

Cerca trinta e oito anos após a adopção pela ONU/UNESCO da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, a lista do património mundial apresenta um desequilíbrio em termos de categorias de Bens e de regiões geográficas representadas. Neste panorama os continentes Africano e Asiático são os menos representados e na categoria de património cultural, a arquitectura em terra, constitui apenas 16% do total dos bens classificados. Conceitos como o valor excepcional universal, significado e protecção, que na sua génese se inspiraram em noções ocidentais são temas de pesquisa e debate hoje, quer no meio académico quer no da conservação em geral. Questões de analogia e identidade levaram a Universidade de Coimbra a organizar a partir de 2006 o seminário WHPO (Património Mundial de Origem Portuguesa). A partir deste encontro gerou-se o consenso de criar a rede WHPO. O significado e a influência cultural do património de origem ou influência portuguesa disperso pelo mundo são largamente reconhecidos. Não só a língua portuguesa conta hoje com 200 milhões de falantes, como a própria Lista do Património Mundial inclui, a par dos 13 bens localizados em Portugal, outros 21 de influência portuguesa, distribuídos por três continentes. Existem, além destes, muitos outros bens de origem ou influência portuguesa nas Listas Indicativas dos países. Do conjunto de Bens incluídos na lista, cerca de 14 são parcialmente construídos em terra. Analisamos criticamente o seu estado de conservação e os mecanismos de avaliação, com base nas informações disponibilizadas pelo Centro do Património Mundial da UNESCO relativas a todos os sítios da Lista. Apresentamos o projecto REDE WHPO, de Cooperação para o Património de Origem Portuguesa, no contexto da Estratégia Global da UNESCO para uma Lista credível, equilibrada e representativa.

1. INTRODUÇÃO

A Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Assembleia-Geral da UNESCO em 1972 começou a ser implementada com o estabelecimento da Lista do Património Mundial, na sua primeira versão, em 1978, com 12 bens inscritos (culturais e naturais) não chegando, nessa data, a 50 o número de Estados parte subscritores da Convenção. Hoje em dia a Lista conta com 890 bens (689 culturais, 176 naturais e 25 mistos) repartidos por 148 Estados e a Convenção foi ratificada por 186 Estados parte.

O crescimento desequilibrado da Lista verificado ao longo dos anos 80 começou muito cedo a ser discutido no seio do Comité do Património Mundial e após várias reuniões e relatórios sobre o tema, o Comité do Património Mundial e as organizações consultivas (ICOMOS e IUCN) constataram oficialmente que a Lista do Património Mundial apresentava grandes lacunas nas categorias dos Bens inscritos e igualmente desequilíbrios nas zonas geográficas representadas. As cidades históricas, os monumentos religiosos da Cristandade e a arquitectura “elitista e monumental” estavam sobre representados enquanto que todas as culturas vivas, em particular as culturas tradicionais estavam sub representadas na Lista. Esta situação levou a que, em 1994 o Comité do Património Mundial estabelecesse a *Estratégia Global para uma Lista Credível, Representativa e Equilibrada*. Na sequência desta tomada de consciência, o ICOMOS elaborou um estudo apresentado em 2005 que elege dois tipos de causas que explicam o desequilíbrio da Lista: o primeiro, estrutural, é relativo aos processos de inscrição, de gestão e de protecção dos bens culturais; o segundo,

qualitativo, é relativo à forma como os bens são identificados, valorizados e avaliados (ICOMOS, 2005).

Os instrumentos apontados pela Estratégia Global para atingir os objectivos fixados incidem em vários domínios, como o da gestão das listas indicativas como factor de equilíbrio da Lista; o limite, em número de 30, para os sítios a inscrever anualmente na lista do património mundial fixado na conhecida Decisão de Cairns (UNESCO-WHC, 2007); o aumento de número de estados parte subscritores da Convenção, ou a criação de novas categorias de património e a promoção de outras consideradas sub-representadas.

Vários estudos e conferências foram realizados para aplicar a Estratégia Global, em África, na Ásia Central e Sul Oriental, nos Estados Árabes, nos países andinos e nas sub-regiões do Pacífico. Após mais de 15 anos, considera-se na UNESCO e no ICOMOS que a Estratégia Global obteve, até agora, bons resultados (WHC, 2007). Mais de 40 novos países aderiram à Convenção e o número de Estados que apresentou as suas Listas Indicativas, um dos instrumentos eleitos para conseguir um maior equilíbrio da Lista, quase quintuplicou. Novas categorias foram entretanto criadas, como as paisagens culturais, o património industrial, os desertos e os sítios nas costas marítimas e nas pequenas ilhas.

O Património em terra, embora não constitua uma categoria formalmente abordada na discussão alargada sobre o desequilíbrio e representatividade da Lista, como o são por exemplo as paisagens culturais ou o património moderno, é hoje e cada vez mais uma categoria com um protagonismo objectivo no processo de equilíbrio e representatividade da Lista. Actualmente, constitui apenas 16% do património classificado. As causas desta fraca representação estão no entanto em estreita relação com as causas identificadas globalmente para o desequilíbrio da Lista (ICOMOS, 2005). O conceito ocidental de património que dominou a evolução da Lista ao longo de quase 3 décadas levou em grande parte a este desequilíbrio e a uma menor valorização das arquitecturas pobres, não monumentais, frequentemente em associação com as regiões historicamente colonizadas. Esta situação só recentemente se tem tentado inverter e corrigir (WHC, 2007).

A arquitectura em terra, não é necessariamente valorizada como património pelas populações locais que ainda consideram em grande parte as construções em terra, onde habitam ou que já habitaram, como retrógradas e como um sinal da sua pobreza, reproduzindo aliás as lições aprendidas com os colonizadores ao longo de mais de um século. Muitas vezes os estados fazem apelo aos especialistas exteriores, nomeadamente do Património mundial, para a fixação do valor deste património que internamente eles têm dificuldade em reconhecer. No entanto sabemos que a construção em terra pertence ao futuro e a sua conservação e continuidade é fundamental na sustentabilidade que todos desejamos. O património mundial tem um papel importante a desempenhar nessa sustentabilidade e pensamos que no contexto do património de influência portuguesa se poderá trabalhar no sentido do reconhecimento da importância deste tipo de construção e da sua conservação. O estado de conservação dos sítios e a sua correcta avaliação é uma condição primeira para esta tarefa. Uma vez que estamos no contexto da influência portuguesa e da constituição de uma rede de cooperação para o património mundial, analisaremos os sítios de origem portuguesa inscritos na lista e identificados como sendo total ou parcialmente construídos em terra.

2. OS BENS DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM PORTUGUESA COM CONSTRUÇÃO EM TERRA

A selecção dos 14 bens aqui analisados tem como base a lista do património mundial em terra (Fernandes, 2009) que identifica os bens de origem portuguesa constantes da Lista do património mundial da UNESCO construídos total ou parcialmente em terra. Pretendemos aqui fazer uma avaliação sumária do estado de conservação dos bens após a inscrição na Lista, a partir da informação oficial disponibilizada pelo Centro do Património Mundial da UNESCO (UNESCO-WHC, 2009b) estruturada pelas entradas relativas a: 1) descrição do Bem; 2) documentação de avaliação (relatórios iniciais de avaliação das organizações consultivas, acompanhamento e relatórios de missões, relatórios periódicos de avaliação, resoluções e recomendações do Comité); 3) assistência (apoio técnico e financeiro internacional em projectos de conservação e gestão do bem); 4) Galeria de imagens; 5) ameaças; 6) mapas.

Uma apreciação global sobre os conteúdos do site oficial do Património Mundial no que se refere à Lista e ao estado de conservação dos bens inscritos, leva-nos a constatar a existência de um volume considerável de informação e a actualização de toda a documentação oficial, técnica, científica e administrativa produzida pela UNESCO sobre cada sítio da Lista. No entanto identificamos deficiente correspondência entre a informação oficial e aquela que é produzida por investigadores independentes da UNESCO e dos Estados parte respectivos sobre cada sítio, como é por exemplo o caso de Salvador da Bahia, onde a grave situação de expulsão dos habitantes tradicionais no processo de restauro do Pelourinho não tem uma única referência na documentação de avaliação oficial, nem nas decisões e recomendações do Comité. No entanto identificámos vários estudos e artigos de imprensa que nos revelam a existência de uma forte polémica sobre este assunto na comunidade científica brasileira e um grande sentimento de revolta por parte da população implicada (Zanirato, 2007).

Mesmo a própria informação oficial encerra ela própria muitas contradições que dificilmente podem ser justificadas, para lá de uma retórica cada vez mais em voga, no que diz respeito ao património mundial e que consideramos que em nada contribui para a melhoria efectiva das condições de conservação dos sítios. Damos alguns exemplos que consideramos bastante elucidativos.

A síntese que elaborámos com base nesta informação oficial sobre o estado de conservação de cada um dos sítios da Lista construídos total ou parcialmente em terra, de origem cultural portuguesa, mostra-nos que inexplicavelmente não há uma única referência de ameaças em nenhum dos sítios analisados, mesmo em casos gritantes de mau estado de conservação que chegam mesmo à situação de perda de condições de integridade e de autenticidade como é por exemplo o da Ilha de Moçambique. Nas galerias de imagens não encontramos uma imagem de carácter técnico ou científico, documental, sobre o estado de conservação do bem, que ilustre situações problemáticas, casos que necessitem de intervenção. A galeria de imagens disponíveis sobre os sítios analisados é mais um desfile de postais ilustrados onde as imagens ideais dos sítios, enviadas com o dossier de candidatura, ilustram apenas a sua beleza e valor patrimonial e não documentam, nos casos estudadas situações relativas ao estado de conservação. No entanto, quando analisamos a documentação de avaliação existente e as decisões e resoluções do Comité, identificamos rapidamente a existência dos problemas, apesar do estilo diplomático atenuado e muitas vezes até excessivamente discreto dos textos oficiais, tendo em conta a gravidade das situações. Há portanto neste domínio também algumas contradições relativas ao tipo de informação que é disponibilizada;

Assinalável é também o facto de se verificar alguma benevolência, considerada excessiva em alguns meios, nomeadamente das organizações consultivas (IUCN 2009), sobre a inscrição de sítios verdadeiramente ameaçados, na lista do Património

em perigo. No universo dos 14 sítios analisados e a julgar apenas a informação oficial disponível questionamo-nos sobre casos como o da Ilha de Moçambique ou da Ilha de Gorée que continuam fora da lista em perigo quando são assinalados nos próprios relatórios oficiais e identificadas situações tão graves como a perda de condições de integridade e autenticidade dos bens e quando a morosidade das intervenções para inverter estas situações é da ordem das dezenas de anos, em que não se verificam evoluções positivas, antes agravamento dos problemas existentes e do surgimento de novas dificuldades. Quando comparadas as listas do património em perigo da UNESCO e do World Monuments Found, verificamos que os sítios em perigo referidos em ambas são apenas três, sendo que a lista da UNESCO é muito mais reduzida (Hughes, 2009).

Relativamente aos mecanismos de avaliação em vigor do estado de conservação dos sítios, organizados com base em ciclos de 6 anos, de relatórios periódicos de avaliação pelas diferentes regiões, também uma análise crítica se justifica em nossa opinião. Desde logo porque na grande maioria estes relatórios são elaborados por organismos oficiais dos estados parte. Em todos os 14 sítios analisados essa situação se verifica. É certo que a UNESCO realiza reuniões de trabalho para unificação de critérios e métodos de preenchimento do formulário tipo que o Centro do Património Mundial fornece. Mas apercebemo-nos facilmente que esta uniformidade de critérios é puramente formal. E a avaliação não é de forma alguma isenta e independente, pela razão simples de que ela é realizada pelo estado parte directamente implicado. Para além deste aspecto, que já de si nos parece muito significativo, verificamos que em muitos dos sítios estudados não existe sequer qualquer relatório periódico de avaliação desde a inscrição dos sítios na lista. E falamos de sítios que foram inscritos em 1980, 1982, 1985, 1997, como a cidade histórica de Ouro Preto, o centro histórico da cidade de Olinda, o centro histórico de Salvador da Bahia, ou o centro histórico de São Luís.

Verificamos também a ausência praticamente total da existência de planos de gestão dos sítios, mesmo dos que já cumpriram o primeiro ciclo de relatórios periódicos de avaliação. No entanto as avaliações globais destes relatórios são quase sempre positivas e em praticamente todos os casos analisados se considera que as condições de integridade e autenticidade se mantêm. Por um lado a pedagogia da UNESCO sobre os planos de gestão é intensa, bem como a ênfase posta na obrigatoriedade deste instrumento de gestão que pode dar garantias mais objectivas na conservação dos sítios, por outro assistimos a anos, décadas, de ausência de planos de gestão. Parece-nos também que a dimensão do fenómeno turístico e da mercantilização do património mundial e as suas reais implicações na conservação dos sítios não são realmente avaliadas nestes relatórios periódicos e, por consequência, esta verdadeira ameaça em muitos dos sítios da Lista não transparece na sua verdadeira dimensão nas informações oficiais. Algumas vezes já se insurgiram publicamente sobre esta visão demasiado cor-de-rosa que a UNESCO tem do mundo e do património mundial em particular, como é o caso de Jeff Morgan director da Global Heritage Found (THE ECONOMIST, 2009). Embora não faça parte do objecto desta análise, referimos a título de exemplo que situações tão graves como a da privatização do santuário de Machu Picchu pela multinacional Orient Express não merecem uma única referência no site oficial.

Estão em curso dois programas que incidirão directa ou indirectamente sobre o património em terra e cujos resultados esperados irão desejavelmente contribuir para uma alteração do actual contexto do estado de conservação dos sítios do património mundial.

3. ARQUITECTURA EM TERRA (2007-2017) PROGRAMA DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

Este programa coordenado pelo Centro do Património Mundial da UNESCO tem uma duração de 10 anos e organiza-se em 4 fases: 2007-8 – preparação; 2009-10 – pilotagem; 2011-14 – consolidação; 2015-17 – fase final. Os objectivos e actividades previstas: criação de exemplos de “boas práticas” em conservação com a elaboração de projectos-piloto e programas de gestão *in situ*; desenvolvimento da investigação científica e aplicada no terreno com a realização de seminários temáticos e investigação laboratorial; aposta na formação através da organização de cursos temáticos, assistência técnica e preparação de materiais pedagógicos; promoção e sensibilização, a fim de assegurar um melhor conhecimentos do património em terra e da sua conservação, através de edições, organização de exposições, de ateliers e de conferências internacionais. Os resultados esperados: identificação e compreensão dos problemas com que o património em terra está confrontado, desenvolvimento de políticas de conservação, protecção e valorização ao menos de 15 sítios inscritos entre outros (UNESCO, 2008). Este programa poderá ser a oportunidade para criar uma rede mundial activa de trocas de informação e de experiências para o desenvolvimento de soluções técnicas e de gestão em conservação do património em terra, sobretudo em África e na Ásia onde os problemas de conservação e de destruição/alteração do património em terra de valor universal excepcional são mais evidentes

4. LATAM 2008-2019 – CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NA AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

O programa para 12 anos tem como objectivos gerais os seguintes:

- Melhorar e reforçar as competências de profissionais da conservação da América Latina e as Caraíbas;
- Facilitar a comunicação na região;
- Reforçar a sensibilização sobre a necessidade de proteger o património cultural.

Este programa estrutura-se em três fases, 2008-11, fase inicial; 2012-15, fase de execução e 2016-19, fase de consolidação. A primeira fase que está a decorrer centra-se em cinco eixos principais com os seguintes grupos de trabalho:

- Ensino e formação em conservação;
- Tráfico ilícito do património cultural,
- Indicadores económicos para a conservação
- Gestão dos riscos;
- Publicações e difusão de informação.

5. SÍNTESE DA INFORMAÇÃO SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS SÍTIOS

BRASIL, cidade histórica de Ouro Preto, 1980 – *critérios, (i) (iii)*. Não tem relatórios periódicos de avaliação disponíveis. São referidos a elaboração de plano de gestão em 2004 após monitorização e incêndio, deficiências no planeamento urbano, roubo de peças sacras, turismo predador, risco de incêndio. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.124).



Fig.1 – Cidade de Ouro Preto, Brasil (créditos: Maria Fernandes, 2006)

BRASIL, centro histórico da cidade de Olinda, 1982 – *critérios (ii) (iv)*. Não tem relatórios periódicos de avaliação disponíveis. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.189)

BRASIL, centro histórico de Salvador da Bahia (vestígios arqueológicos), 1985 – *critérios (iv) (vi)*. Não tem relatórios periódicos de avaliação disponíveis. População tradicional “expulsa” no decorrer do processo de restauro do “Pelourinho” referido em vários artigos de imprensa e investigações académicas (Zanirato, 2007). Nada é referido pela UNESCO. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.309)



Fig.2 – S. Salvador da Bahia, Brasil (créditos: Maria Fernandes 2006)

BRASIL, centro histórico de São Luís, 1997 – *critérios (iii) (iv) (v)*. Não tem relatórios periódicos de avaliação disponíveis. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.821)

BRASIL, centro histórico da cidade de Diamantina, 1999 – *critérios (ii) (iv)*. Não tem relatórios periódicos de avaliação disponíveis. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.890)

BRASIL, Goiás, 2001 – *critérios (ii) (iv)*. Não tem relatórios periódicos de avaliação disponíveis. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.993)

CHINA, centro Histórico de Macau, 2005 – *critérios (ii) (iii) (iv) (vi)*. Não tem relatórios periódicos de avaliação disponíveis. O Comité refere em 2009 existir uma inadequação do sistema de gestão no que toca à protecção eficaz das relações visuais e funcionais importantes entre os monumentos inscritos e a paisagem terrestre e marinha. Nesse sentido pede ao estado parte a elaboração da Declaração de Valor Universal Excepcional e um plano director urbano protector “do que resta da paisagem urbana histórica”. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.1110)

GANÁ, Fortes e Castelos de Volta, Greater Accra e das regiões do Centro e Oeste, 1979 – *critério (vi)*. Relatório periódico de avaliação 2001: não adequação dos limites da zona classificada e da zona tampão, não existência de plano de gestão, identificação de vários factores que ameaçam e afectam o bem, aumento anual do número de visitantes (36000 em 2001). Conclui que a integridade e autenticidade do bem se mantêm, recomenda a realização de um plano de gestão e a demarcação dos limites das zonas classificadas. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.34)

ÍNDIA, igrejas e conventos de Goa, 1986 – *critérios (ii) (iv) (vi)*. Relatório periódico de avaliação em 2003: avaliação global positiva quanto ao estado de conservação, não existência de plano de gestão, registo de vários factores que afectam o bem e que

podem pôr em causa a sua autenticidade e integridade no futuro, registo de pressões devidas ao desenvolvimento, construções desajustadas, níveis elevados de poluição, vandalismo devido ao turismo e ao turismo religioso nas áreas interiores dos monumentos. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.234)

MARROCOS, cidade portuguesa de Mazagão, 2004 – *critérios (ii) (iv)*. Não tem relatórios periódicos de avaliação. Referência na avaliação inicial do ICOMOS de construções desajustadas nos limites da zona classificada, zona tampão demasiado reduzida, o que pode por em risco a integridade das vistas. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.1058)



Fig.3 – Cidade de El Jadida, Mazagão, Marrocos (créditos: Ana Moreira, 2004)

MOÇAMBIQUE, Ilha de Moçambique, 1991 – *critérios (iv) (vi)*. Relatório periódico de avaliação em 2001: regista alterações graves na integridade do bem (ao nível funcional, visual e estrutural), ausência de plano de gestão, falta de recursos humanos com formação, não existe zona tampão definida, ausência total de saneamento básico. Resolução do comité em 2009: solicita acompanhamento sobre o estado de conservação, delimitação de uma zona tampão para o património subaquático, implementação de um plano de acção de urgência, elaboração de plano de desenvolvimento durável, regista grande preocupação pela séria degradação dos monumentos históricos e da estrutura urbana. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.599).

PORTUGAL, centro Histórico de Évora, 1986 – *critérios (ii) (iv)*. Relatório periódico de avaliação em 2006: não existência de plano de gestão nem de programa de monitorização, aponta a sociedade de reabilitação urbana como uma boa medida para resolver os problemas da conservação, prevendo intervenção em 600 edifícios num período de 10 anos. Registo de factores que afectam o bem como a perda de função, perda de habitantes, edifícios vazios. Apreciação global positiva. Não tem ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.361).

SENEGAL, ilha de Gorée, 1978 – *critério (vi)*. Relatório periódico de avaliação em 2001: regista alterações nas condições de autenticidade do bem, um plano ambicioso de preservação do património da Ilha, não existência de plano de gestão. Em 2009 o Comité constata que nada foi feito do previsto no relatório. Tudo estava ainda em preparação. Não há ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.26).



Fig.4 – Forte da Ilha de Gorée, Senegal. (créditos: Paul Stefansson, UNESCO-WHC)

SRI LANKA, cidade Velha de Galle e as suas fortificações, 1988 – *critério (iv)*. Relatório periódico de avaliação em 2003: regista a existência de construções clandestinas, ausência de plano de gestão, considera que as condições de autenticidade/integridade do bem se mantêm e até foram reforçadas, elaboração de um plano de desenvolvimento e conservação da cidade em 2002 pelo ICOMOS Sri Lanka. Aumento do turismo e do valor comercial da cidade após a inscrição na Lista. Os factores que afectam o bem: dificuldade em remover construções clandestinas, poluição, deficiências na gestão, alteração de usos não autorizada, contaminação das águas pelos esgotos lançados no mar, crescimento do turismo. A Recomendação do Comité em 2009 foi de revisão dos limites do bem e da zona tampão, a elaboração do plano de gestão, o envio de relatório sobre as eventuais demolições das construções ilegais, proceder à avaliação do impacto do projecto de ordenamento da zona portuária e solicitou-se a redução da dimensão do porto, cuja construção está prevista neste projecto. Não há ameaças registadas (UNESCO-WHC, 2009b, p.451).

6. REDE WHPO (WORLD HERITAGE POTUGUESE ORIGIN)

Em 2006 a Universidade de Coimbra organizou o 1º Encontro Internacional de Património Mundial de Origem Portuguesa, em conjunto com a Comissão Nacional da UNESCO, o IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico), a DGEMN (Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o ICOMOS Portugal. A reunião contou com mais de 500 participantes, representantes de 17 países (Angola, Bahrein, Benin, Brasil, Cabo Verde, Ghana, Guiné-Bissau, Índia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Paraguai, Quênia, São Tomé e Príncipe, Tanzânia, Timor-Leste, Uruguai e a Região Administrativa de Macau (China) dos 29 identificados como detentores de património cultural construído de influência cultural portuguesa. Com esta iniciativa, que teve origem em 2004 por proposta do ICOMOS-Portugal, iniciou-se um processo pioneiro na história da cooperação para a salvaguarda e promoção do património nos países com influência cultural portuguesa, espalhados por três continentes (África, América Latina e Ásia). A realização deste encontro na Universidade de Coimbra, matriz cultural do espaço da lusofonia, revestiu-se também de um carácter simbólico relevante dado o papel que esta instituição desempenhou ao longo de séculos na formação das elites dos territórios abrangidos pela expansão marítima portuguesa que está na origem da comunidade de 200 milhões de falantes em português, um património cultural de base fortíssimo que pode e deve ser potenciado num contexto de cooperação internacional como o que se quer aqui construir. Pela primeira vez foram coordenados esforços para reunir estes países e discutir formas de cooperação efectiva para o acesso e gestão do património mundial, nos moldes estabelecidos pela Estratégia Global da UNESCO.

O sucesso obtido com a realização deste encontro permitiu criar um consenso entre os participantes sobre a importância de se criar um instrumento efectivo de cooperação nesta área, uma REDE WHPO (Rede de Cooperação para o Património Mundial entre

países com património cultural de influência portuguesa). Este foi o aspecto mais significativo das conclusões do 1º Encontro WHPO. Os objectivos gerais da REDE foram definidos na sequência do que foi amplamente discutido no Encontro através dos seus vários grupos de trabalho (1):

- Promover a cooperação entre os países com património cultural de influência portuguesa no sentido de pôr à disposição de todos instrumentos e conhecimentos que facilitem o acesso ao património mundial da UNESCO, bem como aos seus instrumentos de gestão, tal como previsto nos documentos da Estratégia Global da UNESCO:
- Promover a capacitação dos países implicados para a gestão integrada e sustentável do seu património já inscrito na Lista do Património Mundial;
- Promover a capacitação dos países implicados para a elaboração das suas Listas Indicativas e para a sua gestão conseqüente como instrumento de planeamento da Lista do Património Mundial, contribuindo para corrigir as assimetrias actuais da Lista do Património Mundial;
- Garantir a todos os países que vieram a integrar a REDE, o acesso à informação documental, histórica, técnica e científica já produzida ou a produzir sobre o seu património cultural;
- promover formação avançada e contínua de carácter técnico e científico para quadros técnicos dos países membros da REDE sobre conservação, restauro e gestão do património cultural;
- Promover fora de debate e informação sobre as questões que constituem o objecto da REDE;
- Disponibilizar informação actualizada sobre linhas de financiamento para projectos específicos que se integrem nos objectivos enunciados.

A REDE será coordenada pela Universidade de Coimbra, em estreita articulação com a Comissão Nacional da UNESCO, do IGESPAR e do ICOMOS Portugal e será formalmente constituída com a realização do 2º Encontro WHPO a realizar em 2010, na cidade de Coimbra.

7. CONCLUSÃO

O estado de conservação dos sítios inscritos na lista do património mundial construídos em terra com origem cultural portuguesa e os seus mecanismos de avaliação não são, do nosso ponto de vista, satisfatórios quando analisamos a informação disponibilizada pelo Centro do Património Mundial para os casos estudados. A estratégia global preconizada pela UNESCO não tem até agora dado provas de alteração desta situação, preocupando-se mais com as questões quantitativas de equilíbrio e representatividade, do que com as relacionadas com a conservação. O projecto de criação da REDE WHPO de cooperação para o património de origem portuguesa, pode ser uma oportunidade de contribuir para uma inversão da situação, neste contexto particular.

Pensamos que, no que toca à conservação e aos mecanismos de avaliação respectivos, uma outra praxis possível é necessária. No que diz respeito aos sítios aqui analisados que têm ligação histórica e cultural a Portugal, poderemos iniciar um trabalho de rigor revisitando os princípios fundadores e a ética do património mundial numa atitude prospectiva. A REDE WHPO pode ser um instrumento que permita uma efectiva evolução positiva através de uma real cooperação onde a conservação dos sítios seja a verdadeira prioridade.

Bibliografia

Choay, Françoise (2006). *Pour une Anthropologie de l'Espace*, Paris, éditions du Seuil.

Fernandes, Maria (2009). *Lista do Património Mundial em Terra, de origem portuguesa*, documento elaborado e não publicado, com base na Lista do Património Mundial disponível em <http://whc.unesco.org/en.list> e na lista do património mundial em terra do CRATerre (Centre International de la Constrution en Terre) disponível em <http://terre.grenoble.archi.fr/patrimoine/listepatrimoine2007.pdf>, Outubro de 2009.

Guillaud, Hubert (2008). Un défi mondial : conserver les architectures de terre. *Patrimoine Mondial, UNESCO*, nº48, janvier, 2008, pp.4-15.

HUGHES Peter (2009). *On the Brink*, Vanity Fair on travel, pp 44-46, 2009.

ICOMOS (2005). *La Liste du Patrimoine Mondial, combler les lacunes*. Un plan d'action pour le futur, ICOMOS Review, Paris.

ICCROM (2008). *LATAM, conservation du Patrimoine en Amérique Latine et Caraïbes*. Disponível: http://www.iccrom.org/fra/prog_fr/06latam_fr.shtml.

IUCN, *World Heritage in Danger*. IUCN, World Heritage Studies, n 7, UNESCO, WCPA, 2009.

Disponível: http://cmsdata.iucn.org/downloads/whc09_33com_9e_iucnfin__pdf

UNESCO-WHC (2007). *Stratégie Globale*.

Disponível: <http://whc.org/fr/strategieglobale>.

UNESCO-WHC (2008). *Architecture en Terre programme du patrimoine mondial*.

Disponível: <http://whc.unesco.org/fr/architecture-de-terre/>.

UNESCO-WHC (2009 a). *Liste du patrimoine mondial en péril*.

Disponível: <http://whc.unesco.org/fr/peril/>

UNESCO-WHC (2009b). *Liste du patrimoine mondial*.

Disponível: <http://whc.unesco.org/fr/list>.

THE ECONOMIST 2009). *The limits of soft cultural power*. Disponível em:

http://www.economist.com/world/international/displaystory.cfm?story_id=14428543.

Zanirato, Sílvia (2007). *A Restauração do Pelourinho no Centro histórico de Salvador da Bahia, Brasil*, HAOL nº 14, 2007. Disponível em: <http://www.historiaactual.com/hao/Volumes/Volume1/Issue14/esp/v1i14c4.pdf>

Notas

A autora agradece à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior.

(1) Grupos: 1-Elaboração de Listas Indicativas e candidaturas; 2- Acesso às fontes históricas; 3-Recuperação e restauro de sítios do património; 4- Gestão e promoção de sítios do património; 5- Modelos e mecanismos de cooperação internacional.

Curriculum

Historiadora, Mestrado em Conservação de Património Arquitectónico e Paisagístico (1999)
Dutoranda em Geografia, Universidade de Paris IV, Sorbonne, Paris, bolseira da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) (2008), investigadora do CEAUCP (Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto).